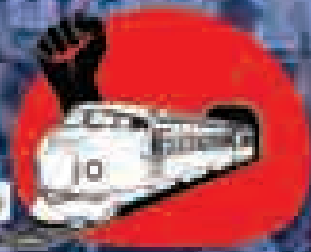


# PRIVATIZAÇÃO NÃO!

Classe dos Médicos da Associação Médica de Alagoas - Associação Médica Brasileira - Federação dos Médicos do Brasil

10/06/2021



## *Informe Unificado Sobre a Luta Contra a Privatização*

A privatização de uma empresa pública é um processo muitas vezes longo e complexo, tanto no campo legal, quanto no campo econômico e político. Por isso, é importante entender todo o cenário que se apresenta para construir uma atuação consequente e eficaz, explorando todas as informações em todos os possíveis campos de atuação.

No caso específico da CBTU, segundo o projeto do Governo Federal, faz-se necessário que a empresa passe por uma reorganização societária, fazendo a cisão de cada unidade, transformando cada STU em uma empresa subsidiária. Essa manobra pode ser entendida como uma forma de driblar a necessidade de autorização do Congresso para a desestatização da Companhia.

Nesse contexto, a desestatização da CBTU consistirá na alienação das subsidiárias e a outorga da concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros em cada localidade, conforme modelo de cisão disponibilizado pelo BNDES, órgão responsável pela contratação dos serviços técnicos para o estudo de viabilidade da desestatização.

Trata-se de um cenário muito complexo, pois exigem decisões políticas que devem ser pautadas na legalidade, além de se observar questões como orçamento, continuidade dos serviços, situação dos empregados, etc.

### **Cronologia:**

Em 2019 a CBTU foi incluída no Programa Nacional de Desestatização por meio do Decreto nº 9.999, com cronograma que estabelece a publicação do edital para o 2º semestre do ano de 2021 e o leilão para o 1º Semestre de 2022.

Até o momento já foram realizadas 16 Reuniões do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos - CPPI, sendo que na 14ª reunião foi aprovada a já citada reestruturação societária da Companhia.

**Querem dividir a CBTU em várias empresas para privatizá-la.**



Os estudos contratados pelo BNDES já foram finalizados e agora os documentos técnicos produzidos serão apreciados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que irá realizar a análise de todo o material bem como apurar possíveis irregularidades e recomendar a correção à minuta do edital, caso necessário. Somente após o aval do TCU e, se não houver problemas ou contestações judiciais, é dada sequência à publicação do edital e posteriormente, a realização do leilão.

### **Atuação conjunta das entidades sindicais e Advocacia Garcez:**

A atuação institucional e jurídica em oposição aos processos de privatização é complexa e exige um método diversificado de iniciativas para viabilizar uma atuação eficaz.

Na esfera administrativa foram realizados diversos pedidos, dentre os quais podemos destacar:

a) Requerimento de Informações apresentado à mesa da Câmara dos Deputados pelo Deputado Rogério Correia – PT/MG ao Ministério da Economia, objetivando obter informações acerca da decisão do CPPI que determina, na perspectiva da privatização, os estudos iniciais em relação a Trensurb e CBTU, bem como a criação de subsidiárias correspondentes às demais STUs nos 5 (cinco) Estados de atuação da CBTU;

b) Requerimento de Informações apresentado à mesa da Câmara dos Deputados pelo Deputado Paulão – PT/AL ao Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, acerca dos estudos realizados pelo BNDES e apresentados ao CPPI, em especial sobre a desestatização das empresas públicas CBTU e TRENSURB;

c) Pedidos de Informações ao BNDES e aos Ministérios correlatos, pelos Sindicatos das categorias, com base na Lei de Acesso à Informação, sobre a (i) contratação de empresas para realizarem os referidos estudos técnicos; (ii) acesso aos estudos elaborados pelo BNDES; (iii) questionamento sobre o modelo de cisão da CBTU e criação de subsidiárias e (iv) acesso aos Acordos de Cooperação Técnica nº 02/2019 e 01 e 02/2020;

d) Recursos administrativos a fim de obtermos a liberação aos estudos técnicos



**Falta pouco para liberarem o edital do leilão.**

realizados pelo BNDES no âmbito do processo de privatização da CBTU e;

e) Ofício ao Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, apresentado à Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pela Deputada Beatriz Cerqueira -

PT/MG, acerca de informação sobre a desestatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU;

O resultado destas iniciativas foi o acesso, pela Advocacia Garcez, a vários estudos e documentos de extrema relevância. Estes documentos também serão repassados aos dirigentes das entidades sindicais para que analisem e possam opinar e contribuir sobre os pontos considerados importantes na luta contra o processo de privatização.

Na via jurídica, algumas ações já foram adotadas com intuito de garantir a continuidade da prestação dos serviços à população usuária, preservar os direitos dos trabalhadores, apurar possíveis irregularidades nas decisões que envolvem a privatização da CBTU e manter o caráter público da Companhia, vejamos:

I. Ação Civil Pública com pedido liminar distribuída em 12/01/2021, tendo como

autores o STEFRJ e STEFZCB contra a CBTU, visando impedir a transferência da sede da CBTU do Rio de Janeiro/RJ para Brasília/DF e a consequente demissão de funcionários. O processo está concluso para apreciação da réplica e início da fase de provas; com decisão liminar favorável impedindo a transferência obrigatória e possíveis demissões arbitrárias.

II. Ação Civil Pública com pedido liminar distribuída em 19/01/2021, tendo como

autores o SENGE/RJ; SINDIMETRO/MG; SINDMETRO/PE; SINFE/AL; SINTEFE/RN contra a CBTU, em que requer a suspensão do processo de privatização até que haja a apresentação de estudos de impactos trabalhistas e socioeconômicos sobre seus empregados. Foi realizada audiência inicial em 24/05/2021 e o processo está aguardando decisão sobre o pedido liminar;

III. Ação Popular com pedido liminar distribuída em 26/03/2021, tendo como autores os Deputados Rogério Correia e Beatriz Cerqueira contra a União, Estado de Minas Gerais e CBTU, visando a suspensão do reajuste tarifário aplicado pela CBTU/STU em Belo Horizonte e, assim, manter a tarifa anteriormente cobrada de R\$ 4,25 até posterior decisão judicial. O processo está aguardando a manifestação da CBTU;



IV. Ação Popular com pedido liminar distribuída em 31/03/2021, tendo como autores os Deputados Danielle Gondim Portela, Robeyoncé Lima, Ivan Vasconcellos De Moraes Filho e Joelma Carla Da Silva contra a União, Estado de Pernambuco e CBTU, visando a suspensão do reajuste tarifário aplicado pela CBTU/STU em Recife e, assim, manter a tarifa anteriormente cobrada de R\$ 4,00 até posterior decisão judicial. Os réus já apresentaram manifestações e o processo segue para decisão de pedido liminar;



V. Mandado de Segurança com pedido liminar distribuído em 30/04/2021, tendo como autores os SINDIMETRO/MG e SINDIMETRÔ/RS contra ato do BNDES, requerendo acesso aos Estudos Técnicos relacionados a CBTU e a TRENURB. Atualmente, o BNDES apresentou manifestação e agora o processo encontra-se aguardando parecer do Ministério Público.



A cada novo cenário, novas iniciativas judiciais deverão ser adotadas para garantir os interesses dos empregados da CBTU e também da população em todas as etapas de luta contra o processo de privatização.

**Não podemos aceitar a entrega do patrimônio do Brasil.**

Como atuação no âmbito parlamentar, os sindicatos e a Advocacia Garcez atuam na busca do convencimento e do apoio de Deputados e Senadores às teses que possam mobilizar forças importantes que dificultam ou inviabilizam os processos de privatização da empresa. Exemplo disso é a atuação junto a parlamentares para a criação da “Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Público Sobre Trilhos”, com objetivo de debater soluções sustentáveis para o transporte público no país, o que fortalecerá a luta contra as privatizações da CBTU e Trensurb.



Como resultado destas iniciativas, já foi protocolado por parlamentares o pedido para a criação da Frente e já foi iniciado o processo de adesão para viabilizar tal criação.



Todas essas frentes possibilitam a resistência à privatização da CBTU e Trensurb.

Manteremos a categoria informada acerca de quaisquer novos passos que ocorram nesta importante luta!

